

Índice da ata da reunião de 08 de maio de 2012

2.1-“ APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 24/04/2012”	5
2.2- “ GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL= CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS=EMISSÃO DE PARECER”	6
2.3- “ CONFERÊNCIA “ PROCURO MAIS SAÚDE- @CESSO À SAÚDE”- CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO MUNICIPAL= ISENÇÃO DE TAXAS= RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DATADO DE 03/05/2012”	6
2.4- “ FEIRA DE SANTA COMBA DÃO- JOÃO INÁCIO ALMEIDA REGO: PEDIDO DE REDUÇÃO DA ÁREA DO LUGAR Nº 4, DE 10M2 PARA 4 M2 “	7
2.5- “ PROFIACADEMUS ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO= DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011 “	7
2.6- “ COMBANIMA-ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM= DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011 = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO”	9
2.7- “ CONCESSÃO DO SERVIÇO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICA (ESGOTO) , À ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO/ APROVAÇÃO DE TARIFA DE DISPONIBILIDADE= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO “	9
2.8- “LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES/CONHECIMENTO”	9
2.9- “ FINANÇAS MUNICIPAIS/CONHECIMENTO “	10
2.10- “PAGAMENTOS”	10
3 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	10

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA OITO DE MAIO DE DOIS MIL E DOZE

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e doze, nesta cidade de Santa Comba Dão, edifício dos Paços do Concelho e no Salão Nobre, realizou-se pelas 15,00 horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Engº João António de Sousa Pais Lourenço, a primeira reunião pública do mês, com a participação dos Vereadores Senhores: Dr. Leonel José Antunes Gouveia, Dr. António José Brito Correia , Engº Mário Marques da Silva, Dra. Maria Manuela Dias Alves, Drª Carla Isabel Silva Cunha e Dr. Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz com a seguinte ordem de trabalhos:

1 -PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II- ORDEM DO DIA

- 2.1- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 24/04/2012;
- 2.2- GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL= CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS=EMISSÃO DE PARECER;
- 2.3- CONFERÊNCIA “ PROCURO MAIS SAÚDE- @CESSO À SAÚDE”- CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO MUNICIPAL= ISENÇÃO DE TAXAS= RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DATADO DE 03/05/2012;
- 2.4- FEIRA DE SANTA COMBA DÃO- JOÃO INÁCIO ALMEIDA REGO: PEDIDO DE REDUÇÃO DA ÁREA DO LUGAR Nº 4, DE 10M2 PARA 4 M2;
- 2.5- PROFACADEMUS- ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO= DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011 = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.6- COMBANIMA-ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM= DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011 = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.7- CONCESSÃO DO SERVIÇO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICA (ESGOTO) , À ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO/ APROVAÇÃO DE TARIFA DE DISPONIBILIDADE= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.8- LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES/CONHECIMENTO;
- 2.9- FINANÇAS MUNICIPAIS/CONHECIMENTO
- 2.10- PAGAMENTOS/CONHECIMENTO

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Secretariou a reunião a Técnica Superior, Alcídia Maria Prata de Oliveira Silva. Eram 15,00 horas, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião. Passando ao Período de Antes da Ordem do Dia o Senhor Presidente começou por informar que esteve ontem, em substituição do membro efetivo, na reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que teve por objetivo debater a Lei dos Compromissos e a sua regulamentação. Nesta senda, deu conta do consenso generalizado, por parte dos Presidentes das Câmaras Municipais envolvidas, independentemente dos partidos que os elegeram, de uma certa revolta de como as coisas estão a decorrer e que, inclusivamente, o Presidente do Conselho Geral, Mário Almeida, se vai demitir, e, eventualmente, o Dr. Fernando Ruas, se não houver alteração à regulamentação que permita a sustentabilidade do poder local e das economias locais, referindo que pode resultar num congresso extraordinário da ANMP. Disse que já tinha enviado aos Senhores Vereadores, via e-mail, as conclusões da reunião, pelo que e resumidamente abordou os seguintes temas e deles deu uma sucinta explicação: 1º- A cobrança do IMI referente à reavaliação dos prédios urbanos é entregue ao município, mas o Estado vai deduzir esse valor nas transferências a efetuar durante o ano; 2º- O Estado cobra 5% das receitas do IMI referente à reavaliação dos prédios urbanos, acrescido dos 2,5% que já cobra atualmente; 3º - O Fundo de Regularização Municipal será utilizado para pagamento de dívidas superiores a 90 dias, dos municípios que para ele contribuíram; 4º-As retenções mensais relativas à violação dos limites de endividamento, serão utilizados para pagamento de dívidas superiores a 90 dias, começando pelas mais antigas, sendo a gestão do processo feita pela DGAL; 5º- Foi eliminado o artigo 3º na proposta de decreto – lei que regulamenta a Lei dos Compromissos ; 6º Consideraram-se para efeitos de aplicação da Lei, apenas as dívidas contraídas após a entrada em vigor da Lei; 7º A ANMP vai propor a declaração de inconstitucionalidade da Lei dos Compromissos, 8 – O governo vai aplicar um Plano de Resgate às Autarquias, semelhante ao que foi aplicado na Madeira, com taxas de juro de empréstimos idênticos.

Não tendo mais informações a prestar deu a palavra aos Senhores Vereadores. Assim, usou da palavra a Senhora Vereadora Dr^a Manuela Alves dando conta de um pedido que lhe foi efetuado por Maria Isabel Rodrigues Neves e que se prende com a colocação de uma luminária na Rua das Lameiras, nº 7, em Lameiras, tendo o Senhor Presidente registado o pedido. De seguida, tomou a palavra o Senhor Vereador Dr. Leonel Gouveia para relembrar o pedido de esclarecimento que foi feito à CCDRC e ANMP sobre o problema da interpretação relativamente às zonas de estacionamento pago, questionando se já tinha chegado o parecer da CCDRC, em falta. Foi-lhe dito que não e que se iria insistir na resposta. Posto isto, deu conta que o gerente da Cemedical o informou que a Câmara Municipal tinha elaborado um protocolo com uma empresa de Viseu, que presta serviços na mesma área e que isso era penalizador para a empresa, na medida em que retirava serviços e rendimentos para serem feitos fora do concelho. Mais disse que ficaram surpresos dado que a Câmara Municipal, que se lembre, não fez nenhum protocolo nessa área, e que nos termos da Lei é da sua competência. Referiu que, independentemente da resposta do Senhor Presidente à Cemedical, que tinha acabado de ler, seria de alguma prudência contactar a empresa local, no sentido de saber se ela estaria disponível em fazer um protocolo idêntico, porque se isso fosse possível, conjugar-se-iam dois interesses, por um lado os trabalhadores da Câmara não tinham custos com a deslocação e por outro lado incentivasse o desenvolvimento de uma empresa do concelho, que é uma empresa de referência. O Senhor Presidente respondeu que não tem efeitos financeiros, logo não é necessário ser aprovado em reunião de Câmara, remetendo a sua resposta para o teor do ofício que enviou à gerência da Cemedical, referindo que este tipo de protocolos nunca foram iniciativas da Câmara Municipal, que esta apenas divulga pelos seus trabalhadores as condições que as empresas oferecem, sendo os protocolos redigidos por elas e que prudência é privilegiar os trabalhadores da Câmara Municipal. Tomou a palavra o Sr. Vice- Presidente, Dr. António Correia, para acrescentar ao que foi dito pelo Sr. Presidente o seguinte “ Mal feito fora se nós município tivéssemos agora toda essa preocupação com o número de protocolos que já temos assinados com outras entidades que já estão há mais tempo a

trabalhar na mesma área no nosso território e não tiveram essa proactividade “, dando como exemplo a Ergovisão. Mais disse que estão abertos às entidades que queiram dar benefícios aos trabalhadores e que as empresas têm de ser tratadas todas da mesma forma. O Senhor Vereador Dr. Leonel Gouveia concordou que se devem beneficiar os trabalhadores, mas que, antecipadamente, devia ser feito uma chamada de alerta às empresas locais propondo-lhes a elaboração de um protocolo idêntico. Por último, tomou a palavra o Vereador Engº Mário Silva para dizer que, do seu ponto de vista, não está em causa aquilo que é uma vantagem imediata para os trabalhadores da autarquia, pois faz todo o sentido celebrar esses protocolos na medida em que isso traz benefícios para os trabalhadores sem quaisquer compromissos para a autarquia. No entanto, parece-lhe razoável e de bom senso que se privilegiem as empresas do concelho, e que antes de assinarem um protocolo, seja de que natureza for, seja dada oportunidade às empresas dessas áreas de também elas celebrarem um protocolo idêntico, sem por em causa esse protocolo, tendo em conta a defesa dos trabalhadores desta terra e defesa das empresas que pagam os impostos no concelho. Mais disse não estar assim tão certo que um protocolo que vincula a Câmara tenha sido assinado pelo Senhor Presidente sem conhecimento desta, considerando que o Senhor Presidente de uma forma abusiva assinou o mesmo, referindo, que o Senhor Presidente, em nome da Câmara Municipal, toma determinadas posições que não foram discutidas em reunião, lembrando o acordo estabelecido com o sobrinho do Doutor Salazar e mais recentemente a marca “ Salazar” afirmando que o Senhor Presidente tem “ tiques de rei absolutista”, que não deviam existir. O Senhor Presidente respondeu que se consideram o ato ilegal que promovam a sua anulação e que quanto aos tiques dispensa os conselhos e chamadas de atenção. Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente conclui este período e passou-se ao Período da Ordem do Dia, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

2.1-“ APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 24/04/2012”

Dispensada a leitura por ser previamente distribuída a todos os membros do Executivo, o Senhor Presidente pôs à votação a ata da reunião anterior, em cumprimento do prescrito no número 2 do artigo 92º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

2.2- “ GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL= CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS=EMISSÃO DE PARECER”

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vice - Presidente, que começou por referir da necessidade de se celebrar novo contrato de prestação de serviços para o funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional, que vai funcionar por mais um ano, conforme candidatura já aprovada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Posto isto, tomou a palavra a Senhora Vereadora Dr^a Manuela Alves questionando a formação da animadora Silva Andreia Gonçalves dos Santos e se o apoio financeiro é totalmente suportado pelo IEFP, ao que o Senhor Vice- Presidente respondeu que a animadora é licenciada em Serviço Social e que o projeto é totalmente financiado. De seguida, tomou a palavra o Senhor Eng^o Mário Silva, referindo que há que ter em atenção a Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que deixa claro que este tipo de contrato de avença pressupõe trabalho não subordinado e ausência de horário de trabalho. Mais disse que estas duas questões básicas estão subjacentes à celebração de qualquer contrato de avença, simultaneamente, com a regra da proposta para aquisição de serviços, referindo que não sabe se foram feitos os procedimentos habituais para a aquisição de serviços, ao que o Senhor Vice-Presidente retorquiu dizendo que as questões formais e legais são os serviços que as fazem e não os políticos e que estarão de acordo com lei. Relativamente à questão da subordinação e isenção de horário referiu que os GIP's não têm autonomia específica e que dependem do IEFP e da entidade promotora, concluindo que não há uma hierarquia direta devido à parceria com o IEFP. Posto o assunto a votação, a Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, em conjugação com o artigo 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, deliberou, por maioria, com 4 votos a favor (3 do PPD/PSD e 1 da Senhora Vereadora Dr^a Manuela Alves), e 3 abstenções do PS, dar parecer favorável à celebração de contrato de prestação de serviços para os fins em apreço.

2.3- “ CONFERÊNCIA “ PROCURO MAIS SAÚDE- @CESSO À SAÚDE”- CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO MUNICIPAL= ISENÇÃO DE TAXAS= RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DATADO DE 03/05/2012”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão do Senhor Presidente, tomada ao abrigo do nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a alteração que lhe foi produzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, por ter determinado a isenção de pagamento da taxa de utilização do auditório municipal para a realização da conferência em apreço.

2.4- “ FEIRA DE SANTA COMBA DÃO- JOÃO INÁCIO ALMEIDA REGO: PEDIDO DE REDUÇÃO DA ÁREA DO LUGAR Nº 4, DE 10M2 PARA 4 M2 “

A Câmara Municipal, depois de ter apreciado o pedido formulado por João Inácio Almeida Rego, feirante na Feira de Santa Comba Dão, através de carta datada de 18 de abril p.p, e bem assim o parecer dos Serviços Jurídicos, deliberou, por unanimidade, informar o requerente que, por uma questão de equidade para com os outros feirantes, não irá reduzir a área do lugar, mas, no entanto,. dar-lhe-á a oportunidade de este se deslocalizar para um local com a área pretendida.

2.5- “ PROFIACADEMUS ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO= DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011 “

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Fernando Cruz que, de forma sucinta, apresentou o relatório de gestão relativo às contas de 2011 da Profiacademus -Escola Profissional de Santa Comba Dão, Unipessoal, Ld.^a, que se fazia acompanhar da certificação legal das contas e do relatório e parecer do Fiscal Único. No decurso da análise tomou a palavra a Senhora Vereadora Dr^a Manuela Alves começando por questionar o Sr Vereador Dr António José Correia para que, caso fosse possível , lhe indicasse a percentagem ou número de alunos que frequentavam a escola profissional e que eram provenientes dos PALOP. Embora não lhe tivesse sido possível responder com precisão, o senhor Vereador informou que. os valores seriam na ordem dos cinquenta por cento do total de alunos. Continuando com a palavra, a Senhora Vereadora disse ter ficado bastante preocupada com o que constava no relatório do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente com o facto da Profiacademus apresentar uma elevada dívida, pois as transferências que o Município deveria efetuar para dar cumprimento à obrigatoriedade do

equilíbrio de contas (artigo 31 , da lei 53-F/2006 de 28 de dezembro) não se tinham verificado. Posto isto, o Senhor Vereador Dr. António José Correia, referiu que era sua intenção aumentar, no futuro, o número de alunos dos PALOP, pois a concorrência desleal da escola pública a isso obrigava. A Senhora Vereadora retorquiu, indicando que não se tratava de concorrência desleal, mas sim de uma forma de aproveitar os recursos humanos existente nas escolas públicas, pois muitos docentes não tinham horário completo se assim não fosse. Mais referiu que quando da apresentação dos cursos a candidatar para o próximo ano letivo, o próprio Vereador procurou rentabilizar os recursos do CMAD, utilizando-os na escola profissional. Disse ainda que se deveriam ponderar os pontos fortes e os pontos fracos em relação à continuidade desta escola pois as despesas resultantes do alojamento dos alunos estrangeiros, o benefício resultante para os alunos nacionais e a incapacidade que o Município apresentava em colmatar a dívida eram motivos para uma ponderação cuidada. A isto ainda acrescia a existência de despesas não elegíveis ao nível do programa de apoio, não compensadas por receitas próprias, porque inexistentes, provocando um inevitável aumento da dívida. O Senhor Vereador Dr. António Correia referiu que as escolas profissionais estão a ser esquecidas e que para a sobrevivência da PROFACADEMUS terão de recorrer aos alunos dos PALOP. De seguida tomou a palavra o Senhor Eng^o Mário Silva que pegando no comentário da Senhora Vereadora Dr^a Manuela Alves disse que, de facto, devem ter como primeira preocupação cursos do interesse dos nossos jovens, e menos do interesse dos PALOP. Mais disse que a seu ver tem havido uma ausência de dinâmica na procura de cursos que, de facto, vão ao encontro das necessidades dos nossos jovens, e, simultaneamente sejam cursos credíveis na ótica do mercado de trabalho. Concluiu dizendo que, pese embora, o esforço que está a ser feito se calhar não há alternativa senão fechar. Por último, tomou a palavra o Sr. Vereador Dr. Leonel Gouveia referindo que os vereadores do Partido Socialista comungam das preocupações da Senhora Vereadora Dr^a Manuela Alves, relativamente à situação financeira em que a Profiacademus se encontra, apresentando declaração de voto que se considera como reproduzida na íntegra, constando como anexo número um da presente ata. Terminada a discussão, o senhor Presidente pôs os documentos a votação, aqui se dão por inteiramente reproduzidos e integrados, ficando assinados e devidamente arquivados, tendo estes sido aprovados pela Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor do PPD/PSD , 3 votos contra do PS e uma abstenção da Senhora Vereadora Dr^a

Manuel Alves. Verificando-se empate, o Senhor Presidente usou do voto de qualidade, prerrogativa que lhe é conferida pelo nº 2 do artigo 89º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. Deliberou ainda a Câmara Municipal, submeter, nos termos da Lei, os documentos em apreço, à apreciação do órgão deliberativo.

2.6- “ COMBANIMA-ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM= DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011 = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter o assunto em apreço, à próxima reunião do órgão executivo, em virtude de faltarem elementos necessários à apreciação e aprovação das contas relativas ao ano de 2011, da Empresa Municipal Combanima, Espaços Municipais, E.M, nomeadamente a certificação legal de contas , relatório e parecer do fiscal único.

2.7- “ CONCESSÃO DO SERVIÇO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICA (ESGOTO) , À ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO/ APROVAÇÃO DE TARIFA DE DISPONIBILIDADE= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO “

A Câmara Municipal, depois das explicações dadas pelo Senhor Presidente, acerca do assunto em apreço, deliberou, por unanimidade, remeter o mesmo, à próxima reunião do órgão executivo, com reformulação da presente proposta, nomeadamente quanto à não existência de mais encargos para os munícipes e, ainda, referência às contrapartidas que a concessão vai trazer para o Município.

2.8- “LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES/CONHECIMENTO”

A Câmara Municipal tomou conhecimento da relação dos processos de licenciamento de operações urbanísticas objeto de despacho do Senhor Presidente, cuja competência lhe foi delegada, em reunião 05 de novembro de 2009, conforme dois

2.9- “ FINANÇAS MUNICIPAIS/CONHECIMENTO “

A Câmara Municipal tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria do dia 07 de maio de 2012, através do qual se verifica a existência de um saldo em dinheiro na importância de: = 131 413,11 € (cento e trinta e um mil quatrocentos e treze euros e onze cêntimos), assim discriminado: Depositado na CGD, BPI, CCAM, BES, MILLENNIUM BCP, SANTANDER TOTTA = € 126 050,20 (cento e vinte e seis mil e cinquenta euros e vinte cêntimos). Existente em caixa = 362.91 € (trezentos e sessenta e dois euros e noventa e um cêntimos). Existente em Fundo de Maneio = 5 000,00 € (cinco mil euros).

2.10- “PAGAMENTOS”

A Câmara Municipal tomou conhecimento da lista dos pagamentos efetuados até à presente reunião e ordenados pelo senhor Presidente, na importância total de € 477 960.60 (quatrocentos e setenta e sete mil novecentos e sessenta euros e sessenta cêntimos), conforme anexo três.

3 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público

ENCERRAMENTO

Pelas dezasseis horas e trinta minutos, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada depois de aprovada, nos termos da Lei.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
CÂMARA MUNICIPAL
Contribuinte N.º 506 637 441

REUNIÃO DE 8/05/2012

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES INFORMAÇÃO

Junto se anexa a relação (1 folha) dos processos de licenciamento de operações urbanísticas objecto de despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, João António de Sousa Pais Lourenço, cuja competência lhe foi delegada, em reunião de Câmara de 5 de Novembro de 2009.

O Técnico Superior,



Município de Santa Comba Dão

Requerimentos para Reunião

De 25-04-2012 a 08-05-2012

08-05-2012

Class.	Ano	Número	Dt. Entrada Req.	Processo	Requerente	Tp. pedido	Tp. construção	Tp. utilização
▶	01	2012	130	02-04-2012	01/2012/15/0	Carlos Alberto Dias Mota da Costa	Projecto Arquitectura	telheiro
							construção	
						Local Obra: Rua Caetano Figueriedo Ferreira		
						Freguesia: Santa Comba Dão		
▶	01	2012	103	19-03-2012	01/2012/11/0	Ana Sofia Duarte Rodrigues	Licenciamento	muros
							construção	
						Local Obra: Gestosa		
						Freguesia: Couto do Mosteiro		

Total: 2



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
CÂMARA MUNICIPAL
Contribuinte N.º 506 637 441

FINANÇAS MUNICIPAIS

-Resumo Diário da Tesouraria do dia 07 de Maio de 2012: -----

-Existência em dinheiro =131.413,11€ (cento e trinta e um mil, quatrocentos e treze euros e onze cêntimos). -----

-Discriminado: -----

-Depositado na CGD, BPI, CCAM, BES, MILLENNIUM BCP, SANTANDER TOTTA =126.050,20€ (cento e vinte e seis mil, cinquenta euros e trinta cinco cêntimos). -----

-Existente em caixa =362,91€ (trezentos e sessenta e dois euros e noventa e um cêntimos). -----

-Existente em Fundos de Maneio =5.000,00€ (cinco mil euros). -----

O Tesoureiro

(Vital Lopes)





MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
CÂMARA MUNICIPAL

Contribuinte N.º 506 637 441

INFORMAÇÃO

Informo que no período de 24 de Abril a 07 de Maio de 2012 foram ordenados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal pagamentos no valor de 477.960,60 euros, conforme relação apensa.

Santa Comba Dão, 08 de Maio de 2012.

A técnica superior,

Patúcia Tanques



Município de Santa Comba Dão

REGISTO DE PAGAMENTOS EFETUADOS DE 24/04/2012 A 07/05/2012

Ano : 2012 Tipo : Operações Orçamentais

Data : 08/05/2012

Número	Data Emi.	Nome da Entidade	Classificação	Valor	Desc. / Ret.	Data Pag.
50	06/01/2012	Totta - Crédito Especializado, Inst. Financ. Cré	0102/07010305	170.182,11	0,00	04/05/2012
409	13/03/2012	PT PRIME, SA	0102/020209	421,89	0,00	03/05/2012
461	29/03/2012	PT PRIME, SA	0102/020209	176,87	0,00	03/05/2012
462	29/03/2012	PT PRIME, SA	0102/020209	245,02	0,00	03/05/2012
478	29/03/2012	Ana Maria Varela Matos	0102/06020305	73,43	0,00	27/04/2012
637	24/04/2012	SALVADOR CAETANO, S.A.	0103/030502	1.286,18	0,00	24/04/2012
638/1	24/04/2012	Remunerações a pagar membros órgãos autár	0102/010101	7.542,95	0,00	24/04/2012
638/2	24/04/2012	Remunerações a pagar membros órgãos autár	0102/01011101	1.787,66	0,00	24/04/2012
638/3	24/04/2012	Remunerações a pagar membros órgãos autár	0102/01011303	234,85	0,00	24/04/2012
638/4	24/04/2012	Remunerações a pagar membros órgãos autár	0102/010115	171,64	0,00	24/04/2012
639/1	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/01010902	7.111,06	0,00	24/04/2012
639/2	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/01011302	324,52	0,00	24/04/2012
640/1	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/01010401	22.144,85	0,00	24/04/2012
640/2	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/0101130101	1.793,40	0,00	24/04/2012
640/3	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010115	1.277,76	0,00	24/04/2012
640/4	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010202	330,88	0,00	24/04/2012
640/5	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010204	214,92	0,00	24/04/2012
640/6	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010205	86,29	0,00	24/04/2012
640/7	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010301	433,44	0,00	24/04/2012
640/8	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010303	298,70	0,00	24/04/2012
641/1	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/01010401	17.107,08	0,00	24/04/2012
641/2	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/0101130101	1.695,19	0,00	24/04/2012
641/3	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010202	427,29	0,00	24/04/2012
641/4	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010212	304,06	0,00	24/04/2012
641/5	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010301	51,30	0,00	24/04/2012
641/6	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010303	205,97	0,00	24/04/2012
642/1	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/01010902	476,06	0,00	24/04/2012
643/1	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/01010401	4.962,11	0,00	24/04/2012
643/2	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/0101130101	375,76	0,00	24/04/2012
643/3	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010212	295,75	0,00	24/04/2012
643/4	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010301	45,80	0,00	24/04/2012
644/1	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/01010401	24.587,17	0,00	24/04/2012
644/2	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/0101130101	2.737,07	0,00	24/04/2012
644/3	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010115	2.723,01	0,00	24/04/2012
644/4	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010204	37,80	0,00	24/04/2012
644/5	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010301	348,81	0,00	24/04/2012
644/6	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010303	164,54	0,00	24/04/2012
645/1	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/01010401	34.392,74	0,00	24/04/2012
645/2	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/0101130101	3.813,11	0,00	24/04/2012
645/3	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010115	764,94	0,00	24/04/2012
645/4	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010202	261,88	0,00	24/04/2012
645/5	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010205	86,29	0,00	24/04/2012
645/6	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010212	1.372,25	0,00	24/04/2012
645/7	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010301	364,95	0,00	24/04/2012
645/8	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010303	427,26	0,00	24/04/2012
646/1	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/01010401	6.291,97	0,00	24/04/2012
646/2	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/0101130101	486,78	0,00	24/04/2012
646/3	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010204	17,07	0,00	24/04/2012
646/4	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010301	186,41	0,00	24/04/2012
646/5	24/04/2012	Remunerações a pagar ao pessoal	0102/010303	158,65	0,00	24/04/2012
647	24/04/2012	João António de Sousa Pais Lourenço	0102/020211	500,00	0,00	24/04/2012
648	24/04/2012	Beiragás- Companhia de Gás das Beiras, SA	0102/02010299	101,66	0,00	24/04/2012
649	24/04/2012	Beiragás- Companhia de Gás das Beiras, SA	0102/02010299	262,01	0,00	24/04/2012
651	27/04/2012	Registo Nacional de Pessoas Colectivas	0102/020220	20,00	0,00	27/04/2012
652	27/04/2012	Dão Gest - Gestão e Investimentos, SA	0102/070203	51.000,00	8.415,00	27/04/2012
653	27/04/2012	HAWORTH PORTUGAL-Mob. de Escritório, S	0103/030502	23.060,00	0,00	27/04/2012
654	27/04/2012	Maria de Fátima Abreu Sequeira	0102/020220	49,20	8,60	27/04/2012
655	30/04/2012	EDP- Distribuição Energia,SA	0102/020201	80.802,86	0,00	30/04/2012
657	30/04/2012	Silvia Andreia Gonçalves dos Santos	0102/010107	768,58	0,00	03/05/2012
728	03/05/2012	BRISA,AUTOESTRADAS DE PORTUGAL,S/	0102/020210	88,80	0,00	03/05/2012
Totais ...				477.960,60	8.423,60	